

LAGARTEIRO: REDES DE ACTORES E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

Teresa Sá Marques*

1. Bairros críticos: o Lagarteiro

A vivência em pleno da cidade apela a uma cidadania activa, o que pressupõe a existência de um padrão social de referência em termos de direitos e de deveres. O direito à cidade está associado ao exercício de outros direitos, designadamente, o direito ao alojamento, o direito ao emprego, o direito aos serviços, o direito à cultura e à qualidade de vida urbana e o direito de cidadania. Nesta óptica, e no pólo oposto, poderemos então considerar que algumas áreas da cidade, designadamente os bairros desqualificados são os lugares onde existem cumulativamente os maiores estrangulamentos face a estes direitos. A reflexão que aqui se apresenta, tal como o artigo anterior, insere-se num projecto piloto de intervenção em áreas críticas em termos sociais, no âmbito da *Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana de Bairros Críticos*.

Considerando que a localização geográfica e a configuração espacial destes territórios condicionam as práticas e vivências de quem

aqui reside, importa referir que o Lagarteiro é um dos Bairros mais periférica da cidade do Porto, encontrando-se inscrito numa zona marcada por uma ainda forte ruralidade, mal servida em termos de transportes públicos e com uma rede viária de acessos deficiente. Neste sentido, o Lagarteiro surge como um aglomerado residencial desintegrado da malha urbana envolvente, fechado sobre si mesmo, distanciado da cidade dominante e alvo de um processo de segregação sócio-espacial.

Como ponto de partida, parece importante salientar que o Bairro, ainda que se assuma como unidade básica de análise e de intervenção para a requalificação do tecido social, cultural e económico, assume uma dimensão limitada para a efectivação de um projecto de qualificação urbana mais alargado. A cidade é mais do que uma justaposição de bairros; assim, o Bairro do ponto de vista da integração social e urbana terá que ser integrado dentro de um projecto estratégico estruturante para a cidade, de forma a alcançar-se a necessária articulação entre a cidade e o urbano. Neste sentido, é fundamental articular a intervenção no Bairro do Lagarteiro com o Projecto para o Parque Oriental e toda a necessária qualificação da Zona Oriental da cidade.

Obviamente que a inclusão de metodologias de participação dos diferentes actores no urbanismo e no planeamento em geral poderão

* Teresa Sá Marques (coord.), Carlos Ribeiro, Eduarda Ferreira, Isabel Dias, Mário Fernandes, Paula Guerra, Rui Mealha e Fernando Honório, no âmbito do Projecto *Lagarteiro – uma intervenção alicerçada na participação*.

desvendar potencialidades de desenvolvimento social. Contudo, parece-nos importante que se tenham em linha de conta a pluralidade e heterogeneidade de situações de exclusões e de estigmatização, diferenciadamente vividas e sentidas nos quotidianos das populações, admitindo que «a regra é a da heterogeneidade das situações de exclusão, recuperáveis umas, inelutáveis no curto prazo outras, criadoras de rupturas de identidade por perda de laços e sociabilidades comunitárias algumas, desluzantes e conformadas outras ainda».¹

Configura-se, então, como pressuposto orientador de qualquer intervenção a efectuar, a auscultação das aspirações, gostos, motivações e interesses de toda a população residente do Bairro, de forma a evitar processos de distanciamento da população face aos poderes estabelecidos.

O trabalho participativo dos Actores pretendeu sobretudo prepará-los para o futuro, levá-los a reconhecerem a necessidade de trabalharem em conjunto criando sinergias e processos de concertação sustentados. Tratou-se sobretudo de um processo de aprendizagem, em que cada um, com a sua experiência e as suas vivências, contribuiu para a resolução de um conjunto de problemas.

Neste contexto, o **processo de inovação** assenta na capacidade de se desencadear, individualmente e colectivamente, processos de aprendizagem que levam à resolução dos problemas sociais, urbanísticos, económicos e culturais locais.

Isto significa que partimos dos seguintes pressupostos:

- As representações mentais básicas da Equipa Técnica, dos Actores e da População Local, e as estruturas cognitivas em geral, são **construídas e seleccionadas**

¹ J. Ferreira de Almeida, «Integração social e exclusão social: algumas questões», in *Análise Social*, Vol. XXVIII, n.º 123-4, 1993, p. 833.

através das experiências de cada um e das suas interacções com o ambiente natural e social. Assim, cada um gera em si mesmo **informação e conhecimento** (processo contínuo de construção de relações entre representações mentais ou entre diferentes «esquemas» cognitivos com diferentes níveis de complexidade);

- **a aprendizagem** é um processo de selecção de um esquema cognitivo que se revela adequado a uma determinada situação nova (resolução de um novo problema). Neste sentido, os *workshops* com os técnicos, actores e população em geral procuram, de certa forma, desestabilizar os esquemas cognitivos construídos, de forma a criar um ambiente favorável à construção de novas soluções.
- **assim, consideramos que um processo de inovação assenta num processo de aprendizagem**, que consiste num processo de selecção de esquemas cognitivos que se vão revelar mais adequados à criação de uma situação nova, ou seja à verdadeira resolução dos problemas. Logo a aprendizagem é pró-activa.
- Isto significa que o projecto do Lagarteiro só será inovador se conseguir dinamizar, individualmente e colectivamente, **um processo pró-activo de mudança assente numa comunidade local aprendente**.

A abordagem metodológica ensaiada pretendeu instaurar um processo de investigação-participação-acção ancorado nos seguintes princípios:

- Possibilitar a realização de um diagnóstico participado, contrariando saberes e ideias vindas de cima para baixo;
- Pugnar por uma desmontagem de mecanismos de leitura uniformizantes, apostando nas sociabilidades e representações das vivências dos moradores, como ponto

Temas do ordenamento territorial

de partida para a compreensão das dinâmicas locais e desenho de acções ancoradas no accionamento de recursos para um fim comum;

- Possibilitar o envolvimento das instituições e populações locais e das suas capacidades de concertar iniciativas;
- Fomentar *empowerment*, o que pressupõe que as populações possam desenvolver a nível local competências de gestão e capacidade de tomada de decisão no que diz respeito às suas próprias vidas;
- Montar um processo de investigação-acção participativo, um processo de aprendizagem, que permita abrir discussões, algumas contraditórias, e conduzir a um consenso aceite por todos.

A reflexão aqui apresentada pretende unicamente analisar os processos de mudança em matéria de redes de actores locais, e demonstrar a importância da dinamização de processos participativos na construção de redes.

2. Descrição sumária da área

O Bairro do Lagarteiro situa-se na zona oriental da cidade, afigurando-se como um contexto residencial marcado por intensos processos de segregação social e urbana. Em termos sócio-demográficos, podemos aquilatar que está desintegrado da malha urbana envolvente e caracterizado pelo seu afastamento relativamente à cidade. Assim, este contexto de intervenção é tido, avaliado e representado como um espaço segregado económica, social, urbanística e culturalmente face à cidade. Em termos sócio-demográficos, podemos salientar que o Bairro do Lagarteiro é constituído por 446 fogos, onde residem aproximadamente 1766 pessoas, totalizando cerca de 398 agregados familiares.

Quadro 1 – População residente e n.º de agregados familiares

| Número de Fogos | Número de Agregados | Número de Pessoas |
|-----------------|---------------------|-------------------|
| 446 | 398 | 1766 |

Fonte: *Estudo Socioeconómico da Habitação Social do Porto*, CMP, 1999.

Em 2006, a Junta de Freguesia de Campanhã implementou um questionário aos agregados domésticos residentes. Responderam ao questionário 387 agregados domésticos (387 fogos – 95% do total), contemplando 1460 pessoas residentes. Este questionário vai ser objecto de análise neste relatório.

Em termos globais, e procurando fazer um breve retrato, a população residente no Bairro do Lagarteiro apresenta algumas especificidades que importa sublinhar, designadamente: a pirâmide etária da população residente é claramente jovem; as estruturas familiares de grande dimensão associam-se a níveis de sobrelotação habitacional; as famílias compostas exclusivamente por indivíduos idosos e a maternidade na adolescência fragilizam as estruturas familiares; os níveis de desemprego e de desocupação são elevados; as taxas de escolaridade são baixas e o abandono escolar é muito alto, logo no 5º e 6º Ano. Em termos de estruturas físicas podemos acrescentar que os espaços públicos estão degradados e descaracterizados, as habitações estão deterioradas e a acessibilidade ao Bairro é fraca.

Dados estatísticos de síntese, em 2001²

(a vermelho estão sinalizados os indicadores numa posição favorável no Lagarteiro face ao concelho do Porto e aos índices de Portugal; a azul estão sinalizados os indicadores numa posição desfavoráveis)

² Estes indicadores foram seleccionados de uma extensa Base de Informação por subsecção.

i n f o r g e o

| | | Lagarteiro | Concelho do Porto | Portugal |
|----|--|-------------------|--------------------------|-----------------|
| 1 | População total | 1.892 | 261.239 | 10.356.117 |
| 2 | População com menos de 25 anos (%) | 37,8 | 27,1 | 30,3 |
| 3 | Média etária | 35,0 | 41,7 | 39,0 |
| 4 | População residente com deficiência (%) | 8,6 | 7,5 | 6,1 |
| 6 | Famílias unipessoais (%) | 12,7 | 25,3 | 17,3 |
| 7 | Famílias monoparentais (%) | 20,3 | 12,0 | 9,0 |
| 8 | Famílias clássicas com 5 ou mais pessoas (%) | 19,3 | 8,0 | 9,5 |
| 9 | Famílias compostas exclusivamente por indivíduos com 65 ou mais anos (%) | 9,8 | 19,4 | 17,4 |
| 10 | Mulheres residentes com idade compreendida entre os 15 e os 19 anos que vivem com filhos no núcleo (%) (maternidade na adolescência) | 11,1 | 2,6 | 2,6 |
| 11 | Edifícios com necessidades de reparação (inclui os muito degradados) (%) | 80,6 | 64,0 | 40,9 |
| 12 | Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (%) | 41,0 | 19,0 | 16,0 |
| 13 | Número médio de indivíduos por alojamento | 3,4 | 2,1 | 2,0 |
| 14 | Média das rendas mensais dos alojamentos clássicos de residência habitual arrendados (Euros) | 29,4 | 94,5 | 122,3 |
| 15 | População residente desempregada face à população residente com actividade económica (%) (taxa de desemprego) | 16,6 | 10,2 | 6,8 |
| 16 | População empregada por conta de outrem (%) | 90,1 | 84,7 | 81,6 |
| 17 | População empregada com horário semanal de trabalho de menos de 30 horas (%) | 10,5 | 12,6 | 8,1 |
| 18 | Indivíduos residentes com o ensino básico completo, relativamente à população com 15 ou mais anos | 20,2 | 53,0 | 38,0 |
| 19 | Indivíduos residentes com o ensino secundário, médio ou superior completo, relativamente à população com mais de 15 anos | 6,4 | 36,4 | 22,0 |
| 20 | População residente empregada ou estudante que se desloca, cujo principal meio de transporte é o automóvel (%) | 22,0 | 42,7 | 45,9 |
| 21 | População residente empregada ou estudante que se desloca cujo principal meio de transporte é público colectivo (%) | 57,9 | 28,7 | 19,6 |
| 22 | Duração média dos movimentos pendulares (minutos) | 36,4 | 23,8 | 20,9 |

Fonte: INE, 2001; os dados do Lagarteiro referem-se ao conjunto de 5 subsecções estatísticas (com os seguintes códigos: 13120315908; 13120316005; 13120308801; 13120308802; 13120316006).

Temas do ordenamento territorial

A construção do Bairro do Lagarteiro foi efectuada em duas fases. A primeira concluída em 1973 contemplou 248 fogos (blocos 1 a 9), sendo a segunda concluída em 1977 constituída por 198 fogos (blocos 10 a 13). Esta segunda fase é tipicamente uma ampliação do bairro original, tendência que a C.M.P. adoptou, de forma generalizada, para fazer face à grande pressão habitacional existente na época. Assim, o bairro é constituído por 13 blocos habitacionais³ (de cêrcea dominante r/c + 3) contemplando 446 fogos com as seguintes tipologias: T1 – 16; T2 – 105; T3 – 224; T4 – 99; T5 – 1.

Figura 1 – Fotografias do Bairro do Lagarteiro nos anos setenta



O Bairro originalmente reproduz os modelos modernistas de construção de cidade. Na sua envolvente próxima a cidade espontânea: ruas sem sentido, actividades económicas formais e informais, arquitectura de baixo relevo, espaços verdes, etc. No entanto, o que se realça é(era) toda ela ser um enorme *cul-de-sac*. O bairro do Lagarteiro estava no limite da cidade. As acessibilidades e a circulação eram, e são-no ainda, deficientes e bastante débeis o que reforça o «encravamento» da zona, sobretudo porque a topografia não ajuda. Hoje, com a construção (2005) da Alameda de Azevedo, iniciou-se o processo de transformação das acessibilidades à zona.

³ Importa salientar que, enquanto as políticas habitacionais do Estado Novo professavam os modelos de moradias unifamiliares (bairros de casas económicas, (...) a C.M.P., desde o bloco de Duque de Saldanha (1940), adoptava os modelos de blocos habitacionais plurifamiliares.

O Bairro do Lagarteiro enferma de uma série de problemas congénitos que se têm agravado nos últimos anos com a progressiva degradação do edificado e dos espaços colectivos, perante a ausência de perspectivas de reabilitação e de estruturação urbanística e ambiental. Aliás, é sintomática a impossibilidade de concretização, por motivos vários, do projecto de reabilitação de fachadas (Arqto. Manuel Botelho, 2001) e do projecto de reabilitação do espaço público (Urb-Atelier/Arqto. João Campos, 2004), entre outros processos e programas. De qualquer forma, urge intervir na componente física de um bairro que tem já mais de trinta anos e, além da intervenção estrita no bairro onde, por exemplo, *as infra-estruturas das redes prediais, que não foram conservadas ou mantidas, [se encontram] no limite técnico de vida*, importa ponderar problemas e acções de forma mais abrangente.

Um dos factores que tem dificultado a actualização urbanística e que a torna normalmente pouco profunda, prende-se com a persistente ausência de uma estratégia e uma boa ideia central, de conjunto, para todo o sector urbano do Lagarteiro/Azevedo/Parque Oriental, já que para além dos factos em presença, parte importante dos problemas e, nestes termos, das soluções correspondentes, situa-se ao nível da ausência de relações entre tais factos e a envolvente directa ao Bairro, marcada por espaços residuais e espaços abertos expectantes.

De facto, o Bairro do Lagarteiro resultou, em termos gerais, da atitude abstracta de mera ocupação de uma bolsa de terrenos disponíveis, ocupação essa marcada ainda pela desventura do modelo funcionalista que informou o respectivo desenho e que não se capacitou, nem a «fazer cidade» com conotados claramente urbanos, nem a «abrir»-se e articular-se à malha de matriz linear, e de organicismo elementar, de Azevedo. Assim, o Bairro do Lagarteiro constituiu-se, à partida, como forma segregada e como fragmento, com a agravante de não possuir qualquer coerência

morfológica, ser estilhaçado e desarticulado internamente.

3. Dinâmicas de parceria e mobilização local

Em termos institucionais, o Bairro do Lagarteiro está marcado pelas ausências de instituições de base local e de um Projecto definido, capazes de contrariarem comportamentos de apatia, demissão e resignação. Assim, consideramos que os impactos estratégicos esperados de um novo projecto para o Lagarteiro pode levar à obtenção de novas formas de complementaridade e entrosamento institucional, que possam ser capazes de integrar medidas e programas nacionais e instrumentos de planeamento locais, potenciando os resultados.

Relativamente a outros impactos, ao nível local, espera-se um aumento da capacidade de detecção e resolução de problemas individuais e colectivos, gerando respostas específicas para necessidades específicas, uma transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições

locais, no sentido de uma maior transparência e abertura a outras entidades e às populações, e um incremento significativo da mobilização e participação dos destinatários dos programas e projectos de intervenção social, numa lógica de *empowerment*.

Sabemos que é difícil motivar e dar continuidade à participação das populações e instituições. Uma estratégia de participação e de parceria implica procedimentos colectivos. Assim, devemos começar por acções demonstrativas que motivem e façam acreditar actores e indivíduos que já não acreditam muito em nada... Assim, este processo deverá utilizar todos os recursos e métodos disponíveis de modo a fazer com que a comunidade apreenda, isto é, analise, critique e domine os problemas que se lhe apresentam em todas as esferas do quadro de vida; por isso, a intervenção deve utilizar essencialmente a linguagem da própria comunidade, dos seus quotidianos, das suas vivências, permitindo um maior conhecimento da identidade comunitária, a descoberta da complexidade das questões e a necessidade de fortalecer a responsabilização cívica.

Dinâmica de Poliedros ou Q-analysis é uma linguagem matemática descrita em topologia algébrica e desenvolvida com o objectivo de descrever e representar questões estruturais. A Dinâmica de Poliedros foi desenvolvida pelo matemático Ronald Atkin em meados dos anos 70 – Atkin, Ronald, Mathematical Structure in Human Affairs, Heinemann Educational Books, London 1974. A sua génese tem a ver com a necessidade de descrever estruturas (o modo como objectos ou elementos se relacionam ou se associam). Não é uma técnica no sentido usual do termo (não recorre às tradicionais linguagens matemáticas da estatística inferencial e descritiva que são sobretudo quantitativas) mas sim uma linguagem algébrica essencialmente qualitativa que procura captar e descrever a riqueza das relações entre objectos.

Constitui uma excelente aproximação metodológica à complexidade da representação gráfica das relações entre objectos e uma alternativa e/ou, frequentemente um complemento, às técnicas clássicas aglomerativas ou partitivas de agregação de objectos nos métodos de classificação da estatística descritiva.

É particularmente útil na definição, configuração e representação de redes de indivíduos.

Temas do ordenamento territorial

Para a caracterização da *base institucional e da rede de parcerias* foi implementado um questionário à equipa de Actores Locais. Com este questionário pretendeu-se sobretudo identificar:

- as áreas de intervenção de cada instituição, públicos-alvo, os seus recursos humanos, logísticos e financeiros e áreas/pessoas abrangidas pelas actividades da instituição;
- as actividades/projectos mais relevantes (no passado e no futuro), os principais obstáculos que têm de ser ultrapassados (na relação com o público-alvo; na relação com os parceiros; devido ao contexto do bairro, ao défice de recursos, entre outros; falta de profissionais) e as principais fontes de financiamento.
- as redes de parceria mais frequentes, que projectos cimentam essas parcerias e a duração dessas redes;
- as expectativas e representações que o

Bairro do Lagarteiro sugere (potencialidades, estrangulamentos, ameaças e oportunidades) aos actores que operam no Bairro;

- as redes potenciais de parceria e eventuais líderes de projectos e de intervenção.

Para a definição, configuração e representação das redes de instituições foi utilizada uma linguagem algébrica essencialmente qualitativa que procura captar e descrever a riqueza das relações entre objectos – Dinâmica de Poliedros ou Q-analysis.

3.1. Rede institucional instalada

A configuração da rede de instituições instalada localmente foi definida com base nas parcerias e contactos identificados a partir dos projectos em curso, ou desenvolvidos no passado recente.

Rede de instituições com base nas parcerias identificadas (presente e passado)

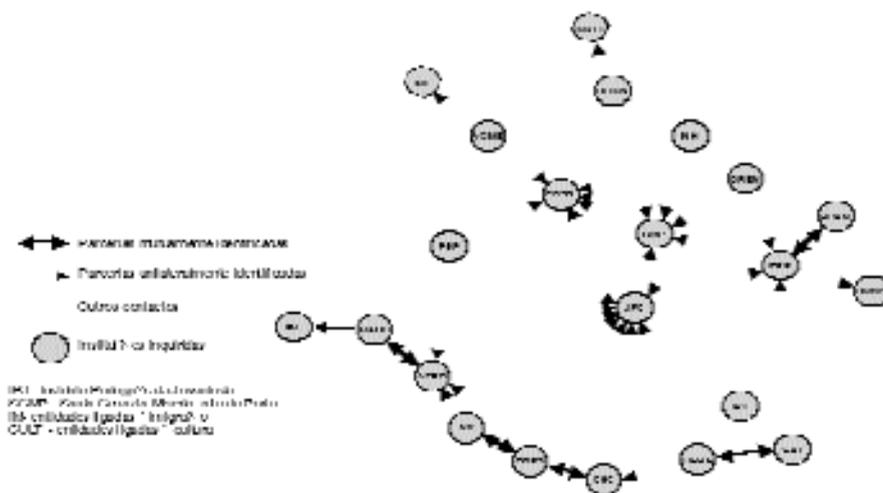
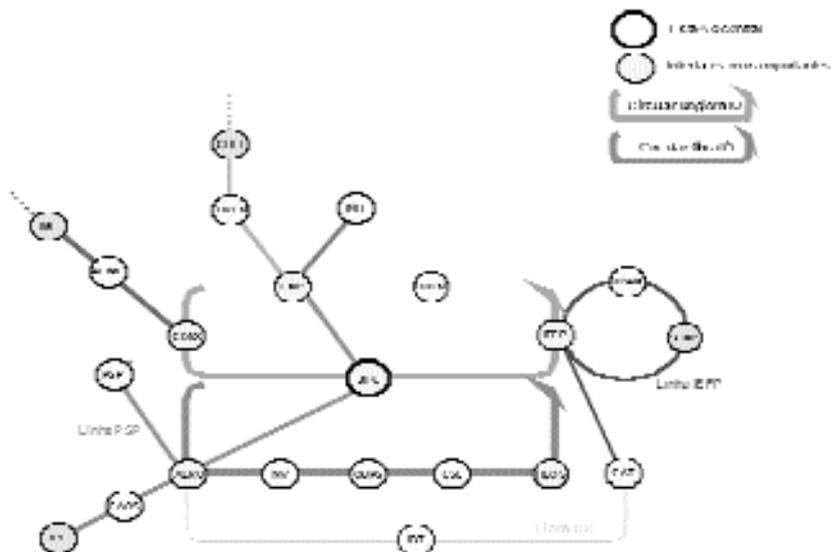


Diagrama da rede de instituições do Lagarteiro
Analogia com uma rede de transportes



Código/Sigla – Designação da Instituição

- ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
- AERO – Agrupamento das Escolas Ramalho Ortigão (Ministério da Educação)
- APSNV – Associação para a Promoção da Saúde Norte Vida
- BPAM – Benéfica e Previdente, Associação Mutualista
- CAOS – Associação Juvenil CAOS
- CAT – Centro de Apoio Toxicodependentes – CAT Oriental
- CDSSP – Centro Distrital de Segurança Social do Porto (Ministério do Trabalho e Solidariedade Social)
- CMP – Câmara Municipal do Porto / Empresa Municipal de Habitação e Manutenção
- CSC – Centro de Saúde de Campanhã (Ministério da Saúde)
- CULT – Entidades ligadas à cultura
- DGSN – Direcção-Geral de Saúde do Norte (Ministério da Saúde)
- DRCN – Delegação Regional da Cultura do Norte (Ministério da Saúde)
- DREN – Direcção Regional Educativa do Norte (Ministério da Educação)
- IESup – Instituições de Ensino Superior
- FCAC – Futebol Clube Amigos de Campanhã
- FDSP – Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto
- FILOS – Fundação FILOS
- IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência

cont.

Temas do ordenamento territorial

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego do Porto (Minist. Trab. e Solidar. Social)
IMI – Entidades ligadas à imigração
INH – Instituto Nacional da Habitação
IPJ – Instituto Português da Juventude
JFC – Junta de Freguesia Campanhã
LPSS – Liga Portuguesa de Profilaxia Social
MG – Montepio Geral
NA – Nun' Álvares
NV – Equipa de Rua Oriental Norte Vida
ODPS – Obra Diocesana de Promoção Social
PSP – Comando da PSP da Área Metropolitana do Porto (Ministério da Administração Interna)
REAPN – Rede Europeia Anti Pobreza
SCMP – Santa Casa da Misericórdia do Porto

Segundo as instituições, nos últimos anos e nos projectos em curso, podem-se identificar dois grupos de entidades com ligações internas significativas e pouco conectados entre si, que em seguida descrevemos:

- um 1º grupo, que se define na parte superior do diagrama da rede e que é polarizado pelo poliedro CDSSP, CMP, IEFP e DREN (Centro Distrital de Segurança Social do Porto, Câmara Municipal do Porto, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Direcção Regional Educativa do Norte), a que se associam outras entidades mais periféricas e com ligações preferenciais a uma destas nucleares.
- um 2º grupo constituído pelo conjunto de entidades que se definem na parte inferior da rede – CAOS, AERO, NV, ODPS, CSC, FILOS, CAT (Associação Juvenil CAOS, Agrupamento das Escolas Ramalho Ortigão, Equipa de Rua Oriental Norte Vida, Obra Diocesana de Promoção Social, Centro de Saúde de Campanhã, Fundação FILOS, CAT Oriental) – menos conectado mas com uma melhor concretização de parcerias.

No 1º grupo de instituições encontram-se representadas sobretudo as entidades públicas de serviços desconcentrados da administração central, com competências e áreas de intervenção de âmbito regional; as ligações que apresentam são menos concretas e mais institucionais e decorrem sobretudo das atribuições que regem a sua actividade.

No 2º grupo parecem estar representadas as entidades com acção local – associações de solidariedade social, organizações não governamentais e organismos públicos com intervenção local (educação, saúde).

A relação entre os dois grupos é quase exclusivamente realizada através da Junta de Freguesia de Campanhã (JFC). Esta ocupa uma posição central na rede de instituições e, se se observar o sentido das ligações verifica-se que as entidades «locais» privilegiam a JFC mas o inverso não acontece, pois esta privilegia as entidades «regionais» (aqui também o inverso não acontece). A JFC opera como o canal de ligação e «porta» entre os dois grupos de entidades sobretudo por impulso das entidades «locais».

1. As únicas excepções a este panorama acontecem com as ligações entre a PSP e o Agrupamentos de Escolas (AERO) e o IEFP e o CAT, que estabelecem alguma relação entre os dois grupos.

2. O que se evidencia ao nível das entidades «locais» é a fraca conectividade entre instituições. Definem-se algumas (poucas) parcerias concretas entre pares de instituições (e fracos contactos) mas, na generalidade, são ligações «lineares» sem construírem uma verdadeira rede de instituições.

3.2. Rede institucional recriada

Quando as instituições foram confrontadas com a necessidade de prever uma estrutura institucional de suporte ao programa de intervenção no Bairro Crítico do Lagarteiro, a configuração alterou-se. Os actores estavam a trabalhar em conjunto há cerca de cinco meses e tinham uma nova leitura da rede institucional a desenhar.

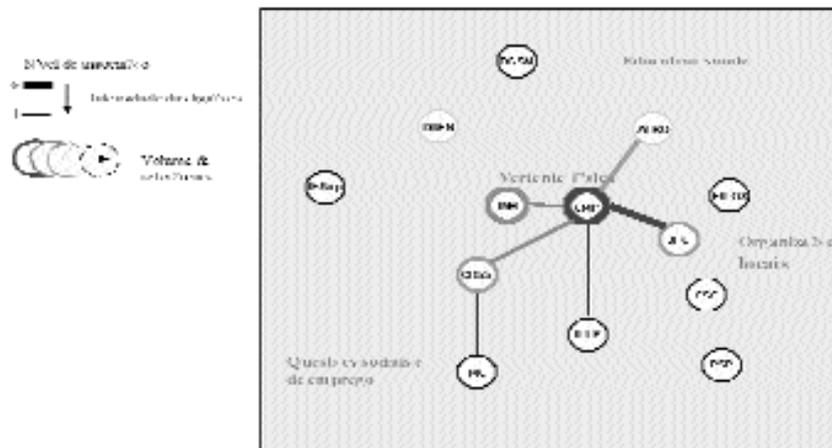
O poliedro simples, construído pelas referências comuns relativamente a quem deve liderar os processos de reabilitação do bairro é fortemente polarizado pela Câmara Municipal

do Porto (CMP), quer em associação com o Instituto Nacional de Habitação (INH), quer com a Junta de Freguesia de Campanhã, ou ainda, secundariamente com o Centro Distrital de Segurança Social do Porto (CDSSP). A associação INH-CMP é dominante e nuclear, ou seja são as duas instituições maioritariamente referidas como decisivas no processo de reabilitação.

O poliedro evidencia também as diferentes perspectivas que as instituições revelam quanto aos objectivos da reabilitação:

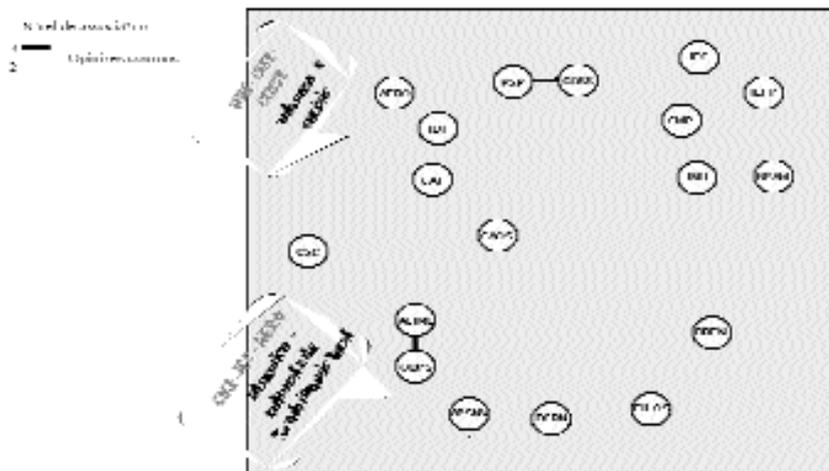
- as que incidem na vertente física da reabilitação, privilegiam em particular a importância da associação INH-CMP;
- as que salientam a importância dos aspectos educativo-culturais, suportam a futura intervenção na CMP-INH, com DREN, DCRN, AERO (parte superior do diagrama).
- as que põem o acento tónico nas questões sociais privilegiam o par CMP-INH, com CDSSP, IEFP, FDSP e MG (parte inferior do diagrama).
- finalmente, as que relevam a necessidade do envolvimento das organizações locais: CMP-JFC com FILOS, CSC, AERO (parte esquerda do diagrama).

Poliedro simples
Posições e ligações das instituições com base nas citações que recebem



Temas do ordenamento territorial

Poliedro conjugado Ligação das instituições com base em opiniões comuns que dão



Devemos ainda referir que, em função das prioridades em matéria de intervenção, as instituições a privilegiar podem diferir (seguindo o poliedro conjugado, associando as instituições com base no perfil da sua opinião). É visível, neste caso a separação clara entre dois grupos:

- o 1º grupo, representado na parte superior do diagrama, privilegia a associação INH-CMP-CDSSP, ou seja, tem um enfoque claro nas questões urbanas e sociais. O Centro de Apoio Toxicodependentes – CAT Oriental, o Instituto da Droga e Toxicoddependência (IDT), o Comando da PSP da Área Metropolitana do Porto, o Centro Distrital de Segurança Social do Porto (CDSS) e a Benéfica e Previdente, Associação Mutualista pertencem a este grupo com opiniões comuns.
- o 2º grupo, representado na parte inferior do diagrama, associa a reabilitação a uma perspectiva claramente mais educativo-cultural e de âmbito mais local, e privilegia o núcleo-central CMP-JFC-AERO.

A Associação Juvenil CAOS, a ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), a Obra Diocesana de Promoção Social (ODPS), a Associação para a Promoção da Saúde Norte Vida (APSNV), a Delegação Regional da Cultura do Norte (DRCN), a Fundação FILOS e a Direcção Regional Educativa do Norte (DRCN) sustentam este grupo de opinião.

- a entidade CAOS surge numa posição central de ligação entre os dois grupos, partilhando as duas perspectivas.

A conjugação dos diferentes esquemas permite-nos ter uma noção clara das representações institucionais, e desta forma programar as ações seguindo parcerias institucionais de geometrias variáveis, segundo as ações e as estratégias em jogo. Se na intervenção *urbanística e ambiental*, a Câmara Municipal do Porto e o Instituto Nacional de Habitação lideram claramente face às instituições restantes, na área da *família, cultura e modos de vida* várias instituições agregam competências e vontade de coo-

perar; por outro lado, a área das *competências e actividades económicas* demonstra uma fraca sustentação institucional, enquanto que a *saúde e a segurança* estão suficientemente suportadas.

Isto significa que, na implementação do projecto de regeneração urbana do Lagarteiro, é natural que as acções que vierem a ser concebidas com o intuito de melhorar as competências e os níveis de ocupação da população residente devam ser também dinamizadas por outras instituições externas. Nas outras áreas de intervenção a capacidade institucional instalada no Grupo de Parceiros Locais parece suficiente.

Conclusão

O Bairro do Lagarteiro foi intervencionado nos últimos anos, sem se desenvolver um trabalho de integração e de participação sustentada. No entanto, o desenvolvimento de um processo participativo envolvendo um conjunto de actores durante cinco meses, construiu uma rede de actores melhor conectada e mais preparada para a concepção e implementação de um projecto participado. No início do processo os actores actuavam e interagiam seguindo uma estrutura hierarquizada de relacionamentos; com a organização de um processo participativo, desenvolve-se um ambiente de confiança, definem-se lideranças, atribuem-se competências específicas, desenvolve-se uma rede de actores mais conectada e melhor organizada para uma intervenção integrada.

O trabalho participativo desenvolvido pretendia preparar os Actores para o futuro e levá-

-los a reconhecerem a importância de trabalharem em conjunto, criando visões partilhadas e estratégias de concertação sustentadas. Procurava-se sobretudo dinamizar processos de aprendizagem que sustentassem uma mudança. A inovação assentou na capacidade de se desencaixar, individual e colectivamente, a identificação de competências e lideranças.

No início do processo as visões dos actores (dos problemas e das possíveis soluções) estavam fortemente segmentadas, a desconfiança perturbava a construção de consensos e não se reconheciam competências. Cada actor ou pequeno grupo tinha uma visão clara dos problemas e das respostas. Os actores trabalhavam individualmente ou em redes lineares ou hierarquizadas. Durante um curto período de cinco meses, conseguiu-se construir uma rede de actores, acertaram-se consensos, limaram-se desconfianças e houve um reconhecimento colectivo da complexidade dos problemas e das dificuldades em dar respostas. Em face disto, mostraram-se capazes de propor uma organização de actores para dinamizar o processo de integração social e territorial do Bairro na Cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALLEJO, MARÍA BRUQUETAS; MORENO FUENTES, JAVIER; MARTÍNEZ, ANDRÉS WALLISER (2005), *La regeneración de barrios desfavorecidos*, Documento de trabajo 67/2005.
- ALMEIDA, J. FERREIRA DE (1993), «Integração social e exclusão social: algumas questões», in *Análise Social*, Vol. XXVIII, n.º 123-4, p. 833.